

MEDIAÇÃO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS: PCN, PCN+ E ORIENTAÇÕES CURRICULARES – ENSINO MÉDIO/LÍNGUA PORTUGUESA

Alexandre José Silva

Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

Conhecer os documentos oficiais que regulam ou servem de parâmetros para a formação docente e o modo como o conceito de mediação se insere nos textos oficiais pode contribuir para que se tenha uma melhor percepção a respeito da relação ensino-aprendizagem de crianças e jovens. O presente artigo faz, pois, um breve tratamento da questão a partir da leitura e análise dos documentos denominados PCN, PCN+ e ORIENTAÇÕES CURRICULARES. Para tanto, o conceito de mediação (implícito ou explícito) identificado foi visto como uma *ação escolar* de relação muito próxima aos pressupostos teóricos elaborados, defendidos e aumentados por Reuven Feuerstein: mediador/mediação pode ser alguém que trabalha interagindo com algum aprendiz estimulando suas cognições e organizando o seu pensamento (com o objetivo único e exclusivo de promover melhorias em seus processos de aprendizagem). Conclui-se que os documentos oficiais, embora não apresentem um receituário de como realizar a prática docente (e ainda bem que não o fazem), funcionam como ótimos aparatos bibliográficos no processo de formação docente.

Palavras-chave: PCN, PCN+, ORIENTAÇÕES CURRICULARES. Ação escolar. Mediação.

INTRODUÇÃO

Minha finalidade neste artigo é dar voz as minhas indagações e reflexões a respeito da relação *mediação e os documentos oficiais – PCN, PCN+ e Orientações Curriculares: Ensino Médio/Língua Portuguesa* – norteadores e auxiliares na formação dos futuros professores quando ainda estão em processo de licenciamento e/ou formados e em atuação. Embora saiba que muitas são as possibilidades de temas acerca dos documentos, friso na conceituação sobre mediação por entender a importância que o termo mediar adquire quando pensamos na relação ensino-aprendizagem e, mais do que isso, na relação professor-aluno, na qual me vejo cotidianamente.

É de total veracidade o fato de não podermos desconsiderar que, no entrecruzamento do professor com o aluno ou do ensino com a aprendizagem, a mediação é o *leitmotiv* para que tenhamos o que é ratificado pelo documento institucionalizador. Assim,

sob essa lógica, ensinar e aprender são ações distintas, mas complementares, que implicam tanto para quem e para quem se ensina, o que se ensina e que função possui um determinado conhecimento, num dado contexto, para aquele que assume o lugar de aprendiz. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, p. 44)

Destaco, ainda, o fato de que tanto na sua perspectiva de aprendizagem quanto na perspectiva de ensino, muitas das reflexões, proposições e bibliografias presentes nos documentos oficiais fazem parte da formação básica dos profissionais das Letras, conforme anuncia o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Mais do que isso, acredito que as leituras realizadas por mim para produzir este texto contribuíram contundentemente para a melhoria da minha formação acadêmica e profissional, uma vez que as atividades pedagógicas dos docentes nas instituições escolares de ensino básico (fundamental e médio) são elaboradas a partir do diálogo com os documentos oficiais, que servem de apoio bibliográfico na elaboração dos planejamentos e planos tanto da instituição escolar (plano diretor, regimento) quanto do docente (planejamentos e planos de ensino).

Acredito, também, que a realização das leituras e a produção do texto dialogaram prontamente com a minha profissionalidade e, por isso, ganharam uma dimensão especial devido ao seguinte fato: ampliaram e reestruturaram meus conhecimentos sobre a relação documentos institucionais e a importância da mediação na formação dos profissionais que têm como escopo a leitura e suas funcionalidades. Dessa forma, arrisco-me a dizer que a leitura dos documentos oficiais e da bibliografia a respeito de mediação poderão abrir novas perspectivas para os desafios que se expandem velozmente na profissão docente.

MEDIAÇÃO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Antes de iniciar uma reflexão mais acurada acerca do tema mediação e os documentos oficiais, vale traçar um breve histórico a respeito da constituição desses documentos e da importância que possuem para e na formação do docente. Vale dizer que os documentos oficiais são instrumentos institucionais auxiliares no trabalho docente, uma vez que foram

criados, como disse o ex-ministro Paulo Renato de Souza¹, com o objetivo de se colocarem como um

estímulo e apoio à reflexão sobre a sua prática diária, ao planejamento de suas aulas e, sobretudo, ao desenvolvimento do currículo de sua escola, contribuindo ainda para a sua atualização profissional. (PCN, p. 11).

Nesse sentido, é importante notar que os documentos são oriundos do processo de redemocratização do Brasil, em particular, subsequentemente ao processo de promulgação da Constituição de 1988 (conhecida como Constituição Cidadã). A alcunha dada à Constituição permite compreender a recorrência, ao longo dos documentos, da expressão *educação para a cidadania*. Nada mais natural: Constituição Cidadã – educação para a cidadania.

O quadro² a seguir mapeia de modo hierárquico e didático as etapas em que os documentos oficiais surgem e inserem-se no debate educacional, além de apresentar, sucintamente, o documento:

PCN

1990: participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para todos, na Tailândia, promovida pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial;

1993: produção do Plano Decenal de Educação para todos;

1995-1996: discussão, em âmbito nacional, do Plano Decenal, em eventos, cujos resultados influiriam no texto final dos PCNs;

1996: emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro, priorizando o ensino fundamental e estabelecendo as responsabilidades dos três níveis de governo; aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro, que ampliava o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental;

1998 – divulgação dos PCNs.

¹ Foi Ministro da Educação quando da elaboração dos PCNs e PCN+. Destaca-se que, na época de elaboração das Orientações Curriculares, o Ministro da Educação era Tarso Genro.

² Chamo de quadro as especificações dadas aos documentos apresentados na seguinte ordem: PCN, PCN+ e ORIENTAÇÕES CURRICULARES. Apoiei-me no texto de NASCIMENTO, J. V. In: *PCNs de Língua Portuguesa: a prática em sala de aula*. (prólogo do livro)

PCN+

São documentos complementares aos PCNs de 1998 e surgem com um aspecto mais conteudista e ligados a uma tradição mais disciplinar, embora percebamos a preocupação com o ensino a partir de áreas de conhecimento: *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias*. Foi criado em 2002, a partir de uma série de reuniões e encontros entre os representantes do MEC e as secretarias de ensino. É um documento de caráter mais prático para o professorado, uma vez que em muitos pontos encontramos formas de como determinados conteúdos podem ser trabalhados (talvez para aliviar a preocupação do professor em como trabalhar os conteúdos escolares de forma interdisciplinar sem deixar de transmitir o tão famoso conteúdo programático).

O documento apresenta a seguinte divisão: explanação a respeito da reformulação do Ensino Médio e as áreas de conhecimento e o modo como os conteúdos podem ser trabalhados a partir da perspectiva interdisciplinar. Quanto à *mediação*, vale ressaltar que o conceito não é explicitamente expresso, mas implicitamente

uma vez internalizado seu ofício de mediar a aprendizagem, o professor deve ter, além de um bom conhecimento dos conteúdos a serem desenvolvidos com os alunos, clareza sobre a transposição desses conteúdos para que a aprendizagem se efetive.

Um dos caminhos mais férteis para concretizar esse processo parece ser considerar com toda seriedade a realidade, a bagagem, as representações que o aluno já traz consigo, uma vez que ele não é uma tábula rasa, capaz de ser moldada conforme a vontade exclusiva do professor. As contribuições individuais dos estudantes podem efetivamente se tornar objeto de trabalho voltado para a aprendizagem coletiva. Essa aproximação desarmada do universo dos alunos permite que se instale uma relação de desconfiança e respeito, capaz de tornar aproveitáveis para uma aprendizagem significativa até mesmo “erros” e inadequações. (p. 86)

ORIENTAÇÕES CURRICULARES

Quanto às Orientações Curriculares, são documentos divididos em volumes (cada volume uma área do conhecimento) e elaborados a partir de um conjunto de discussões e reuniões realizadas entre os representantes técnicos do MEC (Secretaria da Educação Básica) e os representantes estaduais de educação (professores e comunidade acadêmica).

O objetivo do documento é criar um diálogo entre professor, escola, aluno e a prática docente. Nesse sentido, diferentemente dos outros dois documentos, as Orientações

Curriculares (documento criado em 2004) dividem o ensino de Língua Portuguesa em Língua e Literatura e é nesta que encontramos explicitamente o conceito de mediação:

O estatuto do leitor e da leitura, no âmbito dos estudos literários, leva-nos a dimensionar o papel do professor não só como leitor, mas como mediador, no contexto das práticas escolares de leitura literária. A condição de leitor direciona, em larga medida, no ensino da Literatura, o papel dos mediadores para o funcionamento de estratégias de apoio à leitura da Literatura, uma vez que o professor opera escolhas de narrativas, poesias, textos para teatro, entre outros de diferentes linguagens que dialogam com o texto literário. Essas escolhas ligam-se não só às preferências pessoais, mas a exigências curriculares dos projetos pedagógicos da escola. (p. 72)

Um ponto real e comum entre os documentos apresentados é a preocupação em subsidiar os professores de proposições que colaborem para a formação inicial e para a pós- formação. Nesse aspecto, todos os documentos apresentam, na proposta de construção de um currículo adequado ao jovem do Ensino Médio, a ideia de uma *ação escolar*³ pautada na ação intencional, transcendente e significativa com o objetivo de capacitá-lo para a vida em sociedade e para a integração no universo das mais variadas relações: trabalho, família, sociedade etc. Vejamos:

o currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. (PCN, p. 29)

A nova escola de ensino médio não há de ser mais um prédio, mas um projeto de realização humana, recíproca e dinâmica, de alunos e professores ativos e comprometidos, em que o aprendizado esteja próximo das questões reais, apresentadas pela vida comunitária ou pelas circunstâncias econômicas, sociais e ambientais. Mais do que tudo, quando fundada numa prática mais solidária, essa nova escola estará atenta às perspectivas de vida de seus partícipes, ao desenvolvimento de suas competências gerais, de suas habilidades pessoais, de suas preferências culturais. (PCN+, p. 11)

Preparar o jovem para participar de uma sociedade complexa como a atual, que requer aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida, é o desafio que temos pela frente. Esta publicação não é um manual ou uma cartilha a ser seguida, mas um instrumento de apoio à reflexão do professor a ser utilizado em favor do aprendizado. Esperamos que cada um de vocês aproveite estas orientações como estímulo à revisão de práticas pedagógicas, em busca da melhoria do ensino.” (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, p. 6)

³ A expressão *Ação Escolar* deve ser entendida como um sinônimo para uma possível noção de mediação.

Destarte, implicitamente ou não, as *ações escolares* estão impregnadas de possíveis conceituações de mediação, uma vez que, entre o jovem e o mundo, o professor é um dos mais importantes mediadores.

REUVEN FEUERSTEIN E MEDIAÇÃO: INTENCIONALIDADE, TRANSCENDÊNCIA E SIGNIFICADO

É sabido que o termo *mediação* dialoga prontamente com o termo *ensino-aprendizagem*, ou seja, os participantes (aluno/professor – professor/aluno) passam a construir significativa aprendizagem do objeto – seja ele qual for – utilizado como foco de conhecimento. Vale ressaltar que, na interação entre os pares, alguns conceitos podem ser observados a partir da própria conceituação de mediação que, por exemplo, pode ser entendida como a possibilidade que temos de despertar (a partir da condução feita – seja leitura ou alguma outra atividade) no outro o desejo violento de prosseguir na realização da comanda apresentada pelo então denominado mediador.

Em observância ao objetivo deste artigo, ou seja, *os documentos oficiais e a mediação*, servi-me, entre outros, de um dos mais importantes teóricos acerca do tema mediação: Reuven Feuerstein⁴, já que os documentos oficiais apresentam, em grande medida, *ações escolares* que se aproximam muito das bases conceituais criadas e aumentadas por Feuerstein ao longo de seus estudos. Segundo o autor, mediador/mediação pode ser alguém que trabalha interagindo com algum aprendiz, estimulando suas cognições e organizando o seu pensamento (com o objetivo único e exclusivo de promover melhorias em seus processos de aprendizagem).

Para Feuerstein, ensino-aprendizagem por meio da mediação deve ser o oposto do formato em que o aprendente é exposto diretamente para o objeto a ser estudado. Assim, a

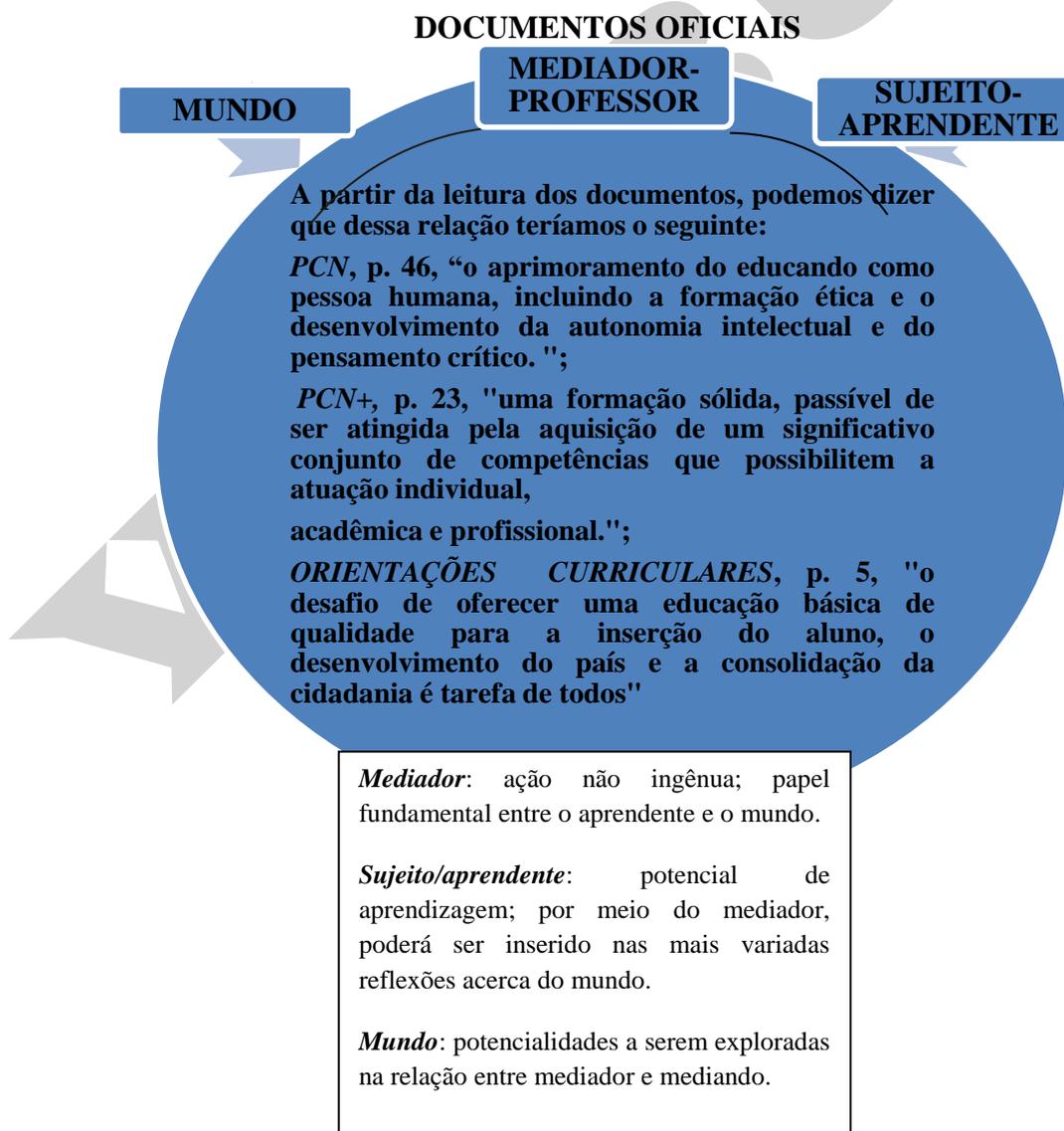
⁴ Professor **Reuven Feuerstein** (nascido em 21 de Agosto de 1921 em Botosan, Romênia), psicólogo judeu-israelense, criador da Teoria da modificabilidade cognitiva estrutural, da teoria da Experiência da Aprendizagem Mediada (EAM) e do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI). A ideia de que inteligência pode ser desenvolvida está associada ao trabalho do Professor Feuerstein. Estudou na Universidade de Genebra sob orientação de Jean Piaget, André Rey, Barbel Inhelder e Marguerite Loosli Uster e é um seguidor de Lev Vygotsky. Os conceitos de que a inteligência é plástica e modificável e que pode ser pensada são centrais na Teoria da modificabilidade cognitiva estrutural. Inteligência pode ser desenvolvida em um ambiente de aprendizagem mediada criado a partir da teoria da Experiência da Aprendizagem Mediada.

necessidade da presença de um mediador passa a ser um ganho para a relação constituída entre a “ensinagem” e o aprendizado.

Segundo ele, o aprendiz (mediando) está no meio do processo entre o mediador e o mundo que o cerca. Logo, o mediador é a via de trânsito não apenas para uma excelente reflexão do aprendizado do sujeito como também para uma formação digna e salutar. Essa tríplice relação (sujeito-aprendente, mediador-professor e mundo) é um dos caminhos para aquilo que, nos documentos oficiais, aparece como formação integral de crianças e jovens e é um dos caminhos, de acordo com Feuerstein, para a positividade na relação ensino-aprendizagem na formação básica.

ARRANJOS ESQUEMÁTICOS

Abaixo, estão os arranjos esquemáticos para uma melhor compreensão dessa tríplice relação:



Vale ressaltar que as ideias de Feuerstein são hoje conhecidas como EAM (Experiência da Aprendizagem Mediada) e alicerçam-se a partir de três critérios fundamentais, a saber:

Mediação de intencionalidade

Intenção do mediador e ato recíproco perante o mediado a fim de focar nas suas necessidades. Nesse sentido, intenção e reciprocidade são fundamentais para que haja efetiva concretude da aprendizagem mediada. Por intenção, pressupõe-se a comunicação do mediador com o mediado com o objetivo de ajudá-lo na total compreensão do que se está aprendendo. Quanto à reciprocidade, é a interação intencional entre mediador e mediando. Intenção e reciprocidade são vistas e consideradas relações parelhas.

Mediação de transcendência

Extrapolação do real-concreto, do imediato a partir de indagações, perguntas e curiosidades criadas pelo mediador no intuito de que o mediando universalize o que aprendeu para as mais variadas situações cotidianas e, assim, entrecruze a aprendizagem recente a todas as outras aprendizagens, futuras ou anteriores.

Mediação de significado

Construção de significância com objetivo de compreender a importância da aprendizagem. A significância é o ato de despertar no mediando o interesse pelo trabalho e a busca dos porquês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos documentos oficiais analisados, percebeu-se o fato de eles pressuporem uma formação profissional que esteja preocupada em dialogar com uma perspectiva de ensino capaz de inserir crianças e jovens nas complexidades do mundo. Assim, ao professor cabe preparar-se muito para que seu objeto de ensino esteja, mesmo que minimamente, em coadunação séria e verdadeira com os pressupostos estabelecidos pelos documentos, entre os quais a formação cidadã.

Nesse sentido, vale concordar com Weiz (2002) em relação ao fato de que, no processo ensino-aprendizagem, ao professor cabe desempenhar o papel de sujeito responsável (mediador ativo) pelo desenvolvimento do aluno (criança ou jovem), para que o próprio aluno perceba o papel que lhe cabe na relação: sujeito aprendiz e corresponsável pelo processo. Todos somos conhecedores do quão complexo é o processo de aprendizagem, mas somos conhecedores, também, do quanto uma ação de ensino-aprendizagem por meio da mediação pode revelar uma pluralidade gigantesca de caminhos felizes para o bom aprendizado.

Sendo assim, vale ressaltar que cada documento – PCN, PCN+ e Orientações Curriculares – é uma bibliografia de grande apoio para tal empreitada e não tem um fim em si mesmo, pois, segundo Nascimento (2003)⁵, o documento tem como objetivo

orientar professores e educadores no sentido de passarem para o cotidiano escolar as diretrizes da educação para a cidadania, somados à função de articular vivências e conhecimentos num currículo escolar exequível e coerente. Eles pretendem expor metas de qualidade, deixando sempre claro o objetivo maior, que é formar cidadão pensante e consciente de seus direitos e deveres. Isso se faz com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, e acima de tudo, com as demandas e respostas do aluno. (NASCIMENTO, 2003, p.11)

Para além disso, é importante frisar que os documentos oficiais não são “livros da salvação”, receituários nem prescrições, ao contrário, funcionam como ótimos aparatos bibliográficos no processo de formação docente.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PCN + Ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.

BRASIL. MEC. *Linguagens, códigos e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica – (Orientações Curriculares para o Ensino Médio; volume 1) – Brasília, 2006.*

⁵ NASCIMENTO, J. V. In: *PCNs de Língua Portuguesa: a prática em sala de aula*. (prólogo do livro)

Fontes secundárias

BRITO, V. E. (org.). MATTOS, de M. J. e PISCIOTTA, H. *PCNs de Língua Portuguesa: a prática em sala de aula*. São Paulo: Arte&Ciência, 2003.

CATHÓLICO, R. A. Mediação da aprendizagem de Feuerstein à luz dos estilos de aprendizagem de Felder. *Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI-SP*. ISSN: 1981-8270. v. 4, n. 8, mar. 2010.

CINTRA, A. M. M. (org.). *Ensino de Língua Portuguesa. Reflexão e Ação*. São Paulo: EDUC, 2008.

GERALDI, J. W. *Ancoragens*. Estudos bakhtinianos. Campinas: Pedro e João Editores, 2010.

GOMES, C. M. A. *Feuerstein e a construção mediada do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LERNER, D. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MEIER, M. e GARCIA, S. *Mediação da aprendizagem: Contribuições de Feuerstein e de Vygotsky*. 3. ed. Curitiba: Gráfica e Editora Venezuela, 2008. 212p.

SOUZA, A. M. M.; DEPRESBITERIS, L. e MACHADO, O. T. M. A mediação como princípio educacional. *Bases teóricas das abordagens de Reuven Feuerstein*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WEIZ, T. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2002.

ABSTRACT

To know the official documents that regulate or are parameters for the teachers formation and the way that the concept of mediation is inserted in the official papers may contribute to build a better perception about teaching-learning process, regarding children and youth. The present paper, thus, briefly treats the subject from the reading and analysis of documents designated *PCN*, *PCN+* and *Orientações Curriculares*. To do so, the indentified concept of mediation (either implicit or explicit) was seen as an “*academic action*” closely related to the theoretical framework elaborated, defended and increased by Reuven Feuerstein: mediator/mediation may be anyone that works interacting with any pupil, stimulating cognitions and organizing thoughts (with the only aim of promoting improving in learning process). It is possible to conclude that official documents, although do not present a prescription of how to carry out teachers practice (and fortunately they do not), work as great bibliographical tools in the teachers formation process.

Key words: PCN, PCN+, Orientações Curriculares. Academic action. Mediation.

Envio: Julho/2012

Aprovado para publicação: Outubro/2012